



B O L E T I M

Boletim Quadrimestral Informativo da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - ECOECO

Contato: Secretaria da ECOECO (Neusa)
Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM /UNICAMP
Rua dos Flamboyants, 155
CEP 13081-970 - Campinas - SP

<http://www.nepam.unicamp.br/ecoeco>

E-mail: ecoeco@unicamp.br

Fone: (0XX19)3788-7631

Fax: (0XX19)3788-7690

Número 11

Ano 2002

Caros sócios,

Ao longo de 2002, dedicamos nossos esforços à parte administrativa da ECOECO, especialmente à atualização documental da entidade. Quanto ao aspecto operacional, conseguimos contar com o apoio de uma secretária na nossa nova sede, no NEPAM-UNICAMP. As nossas maiores dificuldades foram com a nossa homepage, que havia sido transferida para o NUCA-UFRJ, mas onde não foi possível operar a contento, razão pela qual está retornando para www.nepam.unicamp.br/ecoeco, com o suporte técnico desta instituição.

Gostaríamos de ressaltar algumas participações e realizações da ECOECO em parceria com outras entidades no ano de 2002, nas quais tivemos oportunidades de divulgar a nossa sociedade e obtermos a adesão de novos sócios.

1. Seminário Balanço das Negociações sobre Comércio, Finanças e Desenvolvimento Sustentável em Doha, Monterrey e Johannesburgo, 05 de novembro de 2002, no Instituto de Economia da UNICAMP. Realização conjunta da ECOECO com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM, UNICAMP - e o Centro de Relações Econômicas Internacionais do Instituto de Economia - CERI, IE, UNICAMP. O Seminário, que contou com ilustres palestrantes do meio acadêmico e governamental, alcançou o seu objetivo principal que era promover um debate integrado das questões relativas a comércio, finanças e desenvolvimento sustentável, de modo a contribuir para a construção de uma agenda comum para as negociações internacionais e políticas nacionais.

2. Sessão conjunta da ECOECO-ANPEC, no Encontro Anual da ANPEC, em Nova Friburgo-RJ,

13 de dezembro de 2002. O tema da sessão foi Macroeconomia do Meio Ambiente - Perspectivas de Energias Renováveis para o Brasil.

Palestrantes: Ricardo Gorini (PPE-COPPE-UFRJ), Claudia Guio Bragato (Economia, UFES).

Debatedor: Jose Lamartine Távora (PIMES-UFPE).

Essa sessão, além de contribuir para o debate de um tema estratégico para o Brasil, serviu para recuperarmos o nosso espaço institucional para a realização de trabalhos conjuntos entre a ECOECO e a ANPEC, contando com o apoio do Secretário Executivo desta entidade, o Prof. Dr. Francisco Ramos (PIMES-UFPE).

3. II Seminário Internacional sobre Investimentos Socialmente Responsáveis. Promovido por Amigos da Terra e Banco Real, 5 de dezembro de 2002.

São Paulo-SP. O seminário foi também uma comemoração da performance do fundo Ethical do ABN AMRO REAL, que completou um ano em novembro de 2002 e se apresentou nesse período como o produto de renda variável de melhor performance do banco. Os temas abordados foram os seguintes: Governança Corporativa e Sustentabilidade: "Mantras" da Sobrevivência, Fontes Independentes, Investimento Socialmente Responsável e Melhores Práticas. Para maiores informações, consultar o programa Eco-financeiras da Amigos da Terra no site www.amigosdaterra.org.br, onde também está sendo feita a enquete: "Você abriria mão de um retorno maior em seu portfólio para investir eticamente?"

No momento, estamos voltados para a organização do nosso próximo encontro, que será realizado no Rio Grande do Sul, em setembro deste ano.

Contamos com o apoio de todos para a divulgação das informações sobre o evento, que se encontram nesta edição.

Luciana Togeiro (Presidente)

Luciana Simões (Vice-presidente)

ÍNDICE:

<i>Carta aos sócios</i>	1
<i>Projeto:IBAMA/ECOECO</i>	3
Resenhas:	
<i>Entre o sustentável, o saudável e o Vulnerável: Por uma Política dos Riscos</i>	5
<i>Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IBGE</i>	7
Encontros e Congressos da Rede	
<i>V Encontro da ECOECO</i>	8
<i>Encontros Internacionais</i>	8 e 9
Diretoria	
<i>Diretores da ISEE</i>	9
<i>Diretores e Conselheiros ECOECO</i>	10

Envio de artigos para o boletim:

Este boletim visa servir como um veículo de divulgação das idéias e conceitos de Economia Ecológica. Estamos abrindo espaço convidando os associados que queiram estar divulgando artigos, resenhas de livros e livros publicados relacionados a temática Economia Ecológica.

Os trabalhos enviados serão avaliados pelo conselho editorial deste boletim formado por Luciana Togeiro, Luciana Simões, João Andrade, Yara Carvalho e Carmen Varela.

Formatação: Os artigos deverão ter no máximo 1600 caracteres e as resenhas 800, em letra Times New Roman, tamanho 12. As notas de rodapé deverão ser evitadas ao máximo. A bibliografia e sites deveram ser apresentadas ao final do artigo, em ordem alfabética. Os autores são responsáveis pela exatidão das referências bibliográficas e pelas idéias expressas em seus textos. Os artigos e resenhas deverão ser enviados, no software WORD 6.0 ou versão posterior, pelo e-mail: ecoeco@nepam.unicamp.br (no "assunto" da mensagem deverá aparecer: *Boletim ECOECO*).

**FILIAÇÃO ECOECO/
ISEE 2002**

A Diretoria da International Society of Ecological Economics - ISEE definiu uma nova política de filiação, segundo a qual os sócios das Sociedades Regionais dos países em desenvolvimento são automaticamente sócios da ISEE (veja as vantagens de se associar pelo site <http://www.ecoeco.org>), sem que isto represente algum tipo de encargo adicional. Com isto, os filiados à ECOECO estarão automaticamente filiados a ISEE para o ano de 2003. **IMPORTANTE:** A filiação dupla será válida para os cadastros atualizados a partir de novembro de **2002 ou início de 2003**. O Prazo para atualização será até 30/03/03.

Vale lembrar que este acordo não tem validade para a assinatura da Revista Ecological Economics, a qual deve ser paga à parte. Para maiores informações sobre a assinatura da revista consulte o site: <http://www.ecoeco.org>

Não deixe de fazer ou atualizar sua filiação de 2003 pelo site da ECO-ECO (www.nepam.unicamp.br/ecoeco).

Não Perca!

Chamada para envio de trabalhos para a quinta edição do Encontro Bienal da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - V ECOECO (pág.8).

IBAMA E ECOECO PUBLICAM A PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO “MODELO DE VALORAÇÃO ECONÔMICA DE IMPACTOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO, REDE ELÉTRICA E DUTOS”

Coordenação Geral: SÔNIA L. PEIXOTO¹; OFÉLIA WILLMERSDORF²

A primeira etapa do projeto “Modelo de Valoração Econômica de Impactos em Unidades de Conservação: Empreendimentos de Comunicação, Rede Elétrica e Dutos”, financiado pela parceria IBAMA/PNUD, que contou com representantes da EcoEco, através dos consultores Dr. Peter May e a engenheira florestal Luciana Simões, foi publicado e apresentado no Seminário de Responsabilidade Social durante o III Congresso de Unidades de Conservação, realizado em outubro do presente ano em Fortaleza/CE. Na ocasião, a publicação e um CD-rom foram distribuídos aos mais de 1000 técnicos participantes, além dos 200 chefes de unidade de conservação federais que estiveram presentes ao encontro.

Trata-se de um projeto nacional, que abrange categorias de manejo e biomas diferenciados, com o objetivo de estabelecer os critérios financeiros da compensação por significativo impacto ambiental, conforme recomendado no artigo 34 do Decreto n. 4.340, de 22/08/02, que prevê a concessão de licença ambiental corretiva ou retificadora na hipótese de atividades de real ou potencialmente poluidoras, não licenciadas até a data de sua edição.

Este projeto vem consolidar o enfoque acadêmico aos procedimentos de valoração econômica de empreendimentos que provocam impactos permanentes em Unidades de Conservação, iniciado em 1997, através do trabalho pioneiro de Almeida.M.C.S. & Peixoto,S.L. (Valoração da taxa de ocupação: um novo desafio para o Parque Nacional da Tijuca. *Anais do I Congresso sobre Unidades de Conservação*, vol.II, Curitiba, Promoção Instituto Ambiental do Paraná, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná e Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1997, 525-535p.), para os empreendimentos de rádio, telefonia celular e telecomunicação e outras atividades afins localizadas no Sumaré/ Parque Nacional da Tijuca.

Ressalta-se que em 1998 a administração da Floresta Nacional de Ipanema/ IBAMA/ São Paulo, considerando o embasamento legal para o licenciamento ambiental das instalações de

comunicação localizadas em sua área, iniciou os procedimentos para a obtenção da licença de operação (LO) dessas instalações. A FLONA Ipanema já licenciou treze instalações para a aplicação dos recursos monetários oriundos das compensações, em projetos e/ou serviços de interesse da unidade.

Entretanto, apesar dos aportes técnicos oriundos de outros trabalhos, como o de valoração econômica da rede de energia elétrica, considerando o Sistema Geográfico de Informações (SGI) como instrumentos para dimensionar as áreas de influência de impacto (PEIXOTO, S.L. & SOUZA, R.H.S *et al.* *Sustentabilidade financeira em Unidades de Conservação no Brasil - Parques Nacionais e Áreas de Proteção Ambiental - serviços públicos de captação de água, comunicação e rede elétrica.* The 7th Biennial Conference of the International Society for Ecological Economicst Sousse, Tunisia, 6-9 march, 2002), o modelo de cálculo proposto ainda não era baseado numa equação polinomial, e as parcelas apresentavam uma dependência recíproca.

No projeto apresentado em Fortaleza, ao contrário. Na primeira parte da publicação fixou-se o referencial teórico e critérios de seleção das Unidades de Conservação estudadas. Na Segunda parte, são reconhecidos os valores ambientais que sofrem danos permanentes aos quais devem corresponder a uma compensação expressa monetariamente.

Além do modelo de cálculo propriamente dito, ressalta-se que o projeto foi elaborado de forma multidisciplinar, aliando-se, em especial, teoria à experiência de quem trabalha nas áreas naturais protegidas, o que demonstra a práxis possível entre aqueles que vivenciam o dia a dia da gestão das Unidades de Conservação e a área academia.

Chefe do Parna-Tijuca; ² Chefe da Flona-Ipanema; Roberto H.Souza (Advogado/PNT); Peter May (Economista Ecológico); Pedro Paulo Lima e Silva (Engenheiro); Neyla Vaserstein (Estatística); Luis E.Guedes (Economista); Laila Mendes Socióloga); Marcelo Nascimento (Estatístico); Cecília Bueno (Bióloga); Luciana Simões (Engenheira florestal); Dênis Gahyua (Geógrafo); Luzia F. Moraes (Esp.Geoproces.)

RESENHA:

Entre o Sustentável, o Saudável e o Vulnerável: Por uma Ecologia Política dos Riscos

Marcelo Firpo Porto *

M.F.Porto@em.uni-frankfurt.de

Trabalhar com riscos ambientais e Saúde Pública no Brasil não é fácil. Além dos complexos riscos ecológicos globais que enfrentamos, problemas tecnicamente mais simples de serem prevenidos tornam-se bem mais complicados numa sociedade marcada historicamente pela injustiça social e ambiental. Como revela Pádua em seu livro mais recente (“*Um Sopro de Destruição*”, Jorge Zahar Ed., 2002), as raízes coloniais e escravistas impregnaram profundamente a sociedade brasileira (e latino-americana), estabelecendo uma perversa combinação entre destruição da natureza e exploração do trabalho humano. A extrema concentração de poder e de riqueza no país está relacionada a diversos problemas de saúde pública, como doenças infecto-contagiosas, mortes no trânsito, no trabalho ou por assassinato, ou ainda contaminações ambientais nas periferias das metrópoles mais industrializadas. Por isso tais problemas são, em grande parte, uma questão de justiça ambiental.

Como pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), meu papel tem sido o de analisar diversas situações de risco - tanto ocupacionais quanto ambientais - e propor estratégias de prevenção. Estas situações são as mais díspares e refletem as características de uma país semi-periférico como o Brasil: desde catadores de lixo em “lixões”, até trabalhadores químicos e comunidades afetadas por acidentes industriais ampliados ou por depósitos de resíduos perigosos, como no caso do co-processamento de resíduos em fornos de indústrias de cimento. Temos a ponta do atraso e a do avanço, com um terreno tortuoso e confuso no meio. Confesso às vezes ficar na dúvida se por causa disso estamos mais perto de uma encruzilhada ou de soluções criativas na construção de uma nova sociedade. Tomara que seja a última...

Em todos esses problemas, observamos a necessidade deles serem analisados a partir de referenciais conceituais e metodológicos contextualizados à nossa realidade, integrando as dimensões mais relevantes. Como diz um dito oriental, um intelectual que não utiliza seu conhecimento para melhorar o mundo (e a si próprio como pessoa) é como um burro carregando um monte de livros. Para vários tipos de problemas complexos, as abordagens fragmentadas e tecnicistas da ciência normal (no sentido que Kuhn empregou em seu clássico “*A Estrutura das Revoluções Científicas*”) certamente não contribuem na aplicabilidade e utilidade do conhecimento. No caso de problemas na realidade brasileira, corremos o risco de importar discussões ambientalistas desenvolvidas principalmente nos países mais ricos e industrializados, e com isso desconsiderar dimensões regionais essenciais.

Nesta trajetória acadêmica, aproximei-me das discussões sobre riscos e complexidade, e através de Silvio Funtowicz (ver por ex. Funtowicz e Ravetz, 1994: *Emergent Complex Systems, Futures* 26(6): 568-82) conheci e passei a frequentar a comunidade da Economia Ecológica. Meu interesse não reside propriamente nas discussões de caráter mais econômico, mas em temas como *ecologia política* e *justiça ambiental*; nos conceitos de *complexidade*, *transdisciplinaridade* e *vulnerabilidade*, em especial a partir da visão da “*Post-Normal Science*”, e no chamado “*integrated knowledge and assessment*”. (ver resumo destas definições ao final do texto)

Um dos resultados deste “casamento” entre Saúde Pública e Economia Ecológica é objeto do meu atual projeto de pós-doutorado, e que deverá resultar num livro que já possui um título provisório: “*Da Saúde à Vulnerabilidade: uma Ecologia Política dos Riscos*”. Nele pretendo aprofundar a relação entre saúde e ambiente em contextos vulneráveis a partir de três dimensões dos riscos: a epistemológica (conhecimento, incertezas e ignorância); a de poder (quem ganha e quem perde com os riscos? quem influencia os processos decisórios?) e a institucional (como o estado e a sociedade podem regular os riscos?). O resultado deste trabalho deve estar pronto até o final de 2003. Que seja bom para mim e para quem leia. Aguardemos.

Marcelo Firpo Porto *

M.F.Porto@em.uni-frankfurt.de

* Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ
Pesquisador Visitante – Instituto de Sociologia Médica – Universidade de Frankfurt
Membro da Diretoria Regional Sudeste da ECOECO

BREVE DEFINIÇÃO DOS TERMOS

Complexidade

Segundo Weinberg (1975), os sistemas complexos existem entre as fronteiras do caos e da ordem, e correspondem aos diversos sistemas vivos e humanos. São ao mesmo tempo muito complexos para serem tratados como máquinas e muito organizados para serem assumidos de forma randômica. Segundo Funtowicz e Ravetz (1994), na *complexidade ordinária* que caracteriza os sistemas biológicos não humanos, existe uma ausência da autoconsciência e de propósitos mais completos por parte dos seres vivos, com um padrão de organização mais voltado à complementaridade de competências e de cooperação, como a predação, o parasitismo e a simbiose. Já a *complexidade emergente ou reflexiva* dos sistemas sociais, técnicos ou mistos que incluem os seres humanos, implica em características como intencionalidade, consciência, representações simbólicas e moralidade (Funtowicz e De Marchi, 2001). Resumindo, para apreendermos a natureza de sistemas/problemas complexos devemos buscar entender e integrar simultaneamente as diversas dimensões que os caracterizam, sob pena de não podermos compreendê-los adequadamente (como na parábola do elefante no escuro, onde várias pessoas que nunca viram um elefante tocam em partes do seu corpo, mas ninguém consegue “entender” o que é um elefante, embora cada um ache que detenha a “verdade”).

Transdisciplinaridade

A ciência convencional é pautada numa disciplinaridade restrita que só enxerga uma determinada realidade de acordo com cada paradigma vigente (o que não “existe” para ela só é “real” enquanto objeto de outra disciplina). Por isso não é capaz de apreender fenômenos complexos, com múltiplas dimensões e interações de caráter tanto quantitativo quanto qualitativo. Nas últimas décadas várias estratégias de integração de conhecimento vêm se desenvolvendo, como a *multidisciplinaridade* (distintas abordagens disciplinares não articuladas entre si em torno do mesmo objeto) e a *interdisciplinaridade* (distintas abordagens disciplinares integradas em torno do mesmo objeto). Mas é no interior de campos operacionais particulares – como os das ciências ambientais, da economia ecológica e da saúde coletiva - que a etapa mais avançada de integração – a *transdisciplinaridade* - pode se realizar, através do encontro de diversas disciplinas científicas e práticas institucionais em torno de problemas comuns. Em outras palavras, a transdisciplinaridade pode ser definida como a articulação de um amplo conjunto de disciplinas em torno de um campo teórico e operacional particular, sobre a base de uma axiomática comum (Almeida Filho, 1998). Na economia ecológica, esta base axiomática se encontra nos fundamentos da termodinâmica e na crítica aos preceitos da economia neo-clássica na análise e enfrentamento de problemas ambientais modernos, o que faz o campo reunir não somente economistas, mas também cientistas sociais, biólogos e educadores, entre outros.

Ciência Pós-Normal

Diversos problemas ambientais e sociais relevantes da atualidade possuem um elevado nível de complexidade, alto grau de incertezas e disputa de valores, ao mesmo tempo que necessitam tomadas de decisões emergenciais. Para autores como Funtowicz e Ravetz, a ciência que criou tais problemas não será a mesma que os resolverá. A superação dos limites intrínsecos da ciência normal passaria pela construção de um novo modelo de prática científica e institucional, que os autores denominam de *ciência pós-normal*, com enfoque transdisciplinar em torno de objetos-problemas relevantes, pautado na noção de complexidade, no reconhecimento das incertezas, e na busca ativa de diálogo entre ciência e outras formas de conhecimento através de uma comunidade ampliada de pares. Este processo busca garantir a qualidade ética e técnica tanto na conformação dos problemas quanto na organização dos processos decisórios (Funtowicz e Ravetz, 1994; Funtowicz e De Marchi, 2001) Neste sentido, o campo da economia ecológica pode ser entendido como exemplar para a construção de uma ciência pós-normal. Não se trata de rejeitar o acúmulo de conhecimento obtido pela ciência convencional, mas de produzir novas formas de integração e diálogo entre as várias disciplinas e formas de conhecimento que mantenham e avancem práticas democráticas de respeito à vida.

Integrated Assessment

Avaliação integrada (Integrated Assessment - IA) pode ser definida como um processo interdisciplinar de articular, interpretar e comunicar o conhecimento de disciplinas científicas diversas em torno de um problema, de tal modo que sua cadeia global de causa-efeito possa ser avaliada a partir de uma perspectiva sinóptica (que permite ver um conjunto de uma só vez e em que é dada uma visão geral do todo). Duas características são relevantes aqui: (i) deveria gerar um valor adicional para a compreensão quando comparado com avaliações disciplinares restritas; e (ii) deveria prover informação útil aos que tomam decisões, facilitando desta forma a definição e implementação de políticas e estratégias. Assim como nas perspectivas da ciência pós-normal e da transdisciplinaridade, reconhece-se como fundamental a produção de conhecimentos tácitos a partir de experiências locais e empíricas, envolvendo os diversos grupos com interesses legítimos. Para tanto, a integração de conhecimentos entre especialistas e destes com os vários grupos de interesse, bem como a aplicação de métodos participativos, constituem-se em estratégias básicas no enfrentamento de problemas sócio-ambientais (ver www.nusap.net e www.eea.eu.int)

Vulnerabilidade

O conceito de vulnerabilidade provem de diferentes campos do conhecimento, com destaque para a saúde pública (Delor e Hubert, 2000), as ciências ambientais – em especial no estudo dos chamados desastres naturais e tecnológicos- (Winchester, 1992; Blaikie et al., 1996; IPCC, 2001), e mais recentemente as ciências sociais, através das discussões sobre as transformações do mundo do trabalho e os processos de inclusão/exclusão nas sociedades capitalistas contemporâneas (Castel, 2000). As discussões em torno deste conceito buscam integrar diferentes dimensões da realidade analisada – sociais, econômicas, culturais, ambientais e de saúde-, em torno de importantes problemas sócio-ambientais decorrentes da iniquidade, pobreza, degradação ambiental e (re)emergência de certas doenças. Em todas estas perspectivas, a vulnerabilidade é entendida tanto pelas características que possuem certos grupos populacionais e regiões ao enfrentar situações de risco em função de suas respectivas condições sociais, econômicas e ambientais, como pelos processos e dinâmicas que geram tais características, o que propicia combinar e integrar métodos de natureza mais descritiva e quantitativa, com aqueles mais voltados às análises qualitativas de processos, relações e contextos. Trata-se portanto de um conceito transdisciplinar, de especial importância para realidades vulneráveis de países (semi)periféricos com elevados níveis de desigualdades e injustiça ambiental como os da América Latina.

Ecologia Política

A Ecologia Política vem se desenvolvendo de forma paralela e articulada ao campo da Economia Ecológica, tendo por ênfase a compreensão das relações econômicas e espaciais tanto em seu sentido “natural” quanto social (M’Gonigle, 1999). Ao mesmo tempo que realiza a crítica dos fundamentos filosóficos da economia neo-clássica, como conflitos distributivos e a incomensurabilidade dos valores ambientais (Martinez-Alier, 1995), a Ecologia Política busca avançar sobre a economia política de tradição marxista ao incorporar questões ecológicas no entendimento das dinâmicas econômicas e de poder que caracterizam as sociedades modernas. Nesse sentido, a dialética entre centro e território e as tendências históricas para a centralização social e a hierarquia institucional são repensadas à luz da sustentabilidade. Como observa M’Gonigle (1999), a crise social e ecológica moderna tem por base hierarquias centralizadas de poder que se sustentam a partir de recursos não-locais, distanciados dos territórios onde vivem a maioria das comunidades e ecossistemas que sofrem com os principais problemas decorrentes desta divisão. A Ecologia Política repensa questões sociais, econômicas e ambientais numa perspectiva territorialista, e tem por desafio básico fortalecer a integridade e a saúde das comunidades e ecossistemas.

Justiça Ambiental

A injustiça ambiental pode ser compreendida como “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”. Já o conceito de justiça ambiental é entendido por um conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero, “suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas”, assegurando assim tanto o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país, quanto o acesso amplo às informações relevantes que lhes dizem respeito e favorecendo a constituição de movimentos e sujeitos coletivos na construção de modelos alternativos e democráticos de desenvolvimento. (ver Colóquio sobre Justiça Ambiental, 2001). O movimento pela justiça ambiental cresceu inicialmente nos EUA, mas vem ganhando força no Brasil com a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, lançada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2002.

Referências

- Almeida Filho, N. de, 1997. Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.2, n.1/2.
- Blaikie, P.; Cannon, T.; Davis, T.; Wisner, B. 1996. Vulnerabilidad: el entorno social, político y económico de los desastres. Tercer Mundo Editores, Colombia.
- Castel, R., 2000. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Editora Vozes
- Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania. *Declaração Final*. Organizado pela FASE, UFF, UFRJ, FIOCRUZ e CUT, realizado de 24 a 27 de setembro de 2001 em Niterói/RJ.
- Delor F., Hubert M., 2000. Revisiting the concept of ‘vulnerability’. *Social Science & Medicine* 50(11):1557-70.
- Funtowicz, S. & Ravetz, J. 1994. Emerging complex systems, *Futures*, 26 (6).
- Funtowicz, S. & De Marchi, B., 2000. Ciencia posnormal, complejidad reflexiva y sustentabilidad. In: Leff, E. (org.), *La Complejidad Ambiental*, Siglo XXI.
- Martinez-Alier, J., 1995. Political Ecology, Distributional Conflicts, and Economic Incommensurability. *New Left Review*, 211, May-June, 70-88.
- M’Gonigle, R.M., 1999. Ecological economics and political ecology: towards a necessary synthesis. *Ecological Economics*, 28, 11-26. IPCC, 2001.
- Climate Change: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. IPCC/UNEP.
- Weinberg, G. *An Introduction to General Systems Theory*, John Wiley&Sons, 1975.
- Winchester, P., 1992. *Power, Choice and Vulnerability*. James&James, London.

Resenha:

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IBGE

Paulo Gonzaga M. de Carvalho
paulomibielli@ibge.gov.br

Saiu este ano uma publicação que é um marco em termos da produção de estatísticas no Brasil, os “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” (IDS) do IBGE. Pela primeira vez temos sistematizadas num só volume estatísticas de abrangência nacional sobre o tema. Até então estavam dispersas em vários veículos de divulgação (livros, textos avulsos, internet) o que impossibilitava uma visão de conjunto sobre nossa sustentabilidade. O interesse foi grande e a pequena tiragem inicial rapidamente esgotou-se. A segunda edição que já está disponível no site do IBGE (www.ibge.gov.br) em geociências/estudos ambientais e em breve estará a venda.

Levando em conta basicamente a disponibilidade e qualidade dos dados, o IBGE selecionou dentre os 57 indicadores propostos pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU¹, quais os que seriam passíveis de serem apresentados na publicação². Sempre que possível as informações estão desagregadas por unidades da federação. São ao todo 50 indicadores organizados em quatro dimensões – Social, Ambiental, Econômica e Institucional, abrangendo diversos temas. Para facilitar seu entendimento, “os indicadores estão organizados em fichas contendo a descrição de sua construção, sua justificativa, vínculos com o desenvolvimento sustentável e explicações metodológicas, acompanhadas de tabelas, figuras, gráficos e mapas ilustrativos.” (IBGE 2002 p. 11).

Alguns exemplos de indicadores segundo suas respectivas dimensões: taxa de crescimento da população, índice gini, esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização, coeficiente de mortalidade por homicídios (social); consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio, queimadas, espécies extintas ou ameaçadas de extinção, destinação final do lixo (ambiental); PIB per capita, participação de fontes renováveis na oferta de energia, reciclagem (econômica); ratificação de acordos internacionais, e gasto público com proteção ao meio ambiente (institucional).

Este trabalho é importante pelo que contém e para evidenciar as deficiências de nosso incipiente sistema de estatísticas ambientais., como por exemplo sobre o estoque e o consumo de água doce

Podem ser feitas algumas ressalvas ao trabalho, por exemplo: as informações são apresentadas mas não são analisadas; não é utilizado o modelo P-E-R (Pressão-Estado-Resposta) que é o mais difundido internacionalmente; a relação entre os indicadores e destes com o conceito de desenvolvimento sustentável não é explorada; o trabalho deixa em aberto a questão chave sobre o quanto o país está caminhando ou não na direção do desenvolvimento sustentável.

A maioria dos pontos aqui levantados estão previstos de serem incorporados nas futuras edições dos indicadores e de forma alguma tiram o grande mérito da iniciativa do IBGE. Quanto à última questão - se estamos no rumo do desenvolvimento sustentável – esta necessita de uma discussão mais ampla pela sociedade antes de ser respondida de forma satisfatória e possivelmente isso vai envolver a construção de índice síntese, nos moldes do IDH, com os IDS, o que com certeza suscitará polêmicas³.

Não há dúvida, no entanto, que em termos de informações estatísticas, o debate sobre desenvolvimento sustentável no Brasil se encontra agora num novo e mais elevado patamar com a publicação dos IDS.

Bibliografia

IBGE 2002 *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil-2002*

Jannuzzi, P. 2002 Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais *Revista de Administração Pública* 36(1) Jan/Fev 2002

¹ Para histórico e metodologia do IDS das Nações Unidas vide www.un.org/esa/sustdev/csd9/csd9_indi_bp3.pdf

² Em relação a lista da ONU foi acrescentado um indicador: rendimento médio mensal por cor ou raça

³ Para uma discussão dos limites do IDH como índice síntese vide Jannuzzi 2002

Chamada de trabalhos para V ECOECO-2003

BRASIL E CONESUL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Data: 3-6 de setembro de 2003

Local: Universidade de Caixias do Sul -RG

Os trabalhos enviados deverão abordar as temáticas conforme as Mesas:

MESA 1: Teoria Econômica e Meio Ambiente: micro e macroeconomia, métodos de valoração.

MESA 2: Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos para um Desenvolvimento Sustentável.

MESA 3: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

MESA 4: Sustentabilidade do Sistema de Produção Agropecuário.

MESA 5: Pobreza e Meio Ambiente.

SEMINÁRIO 1 : Relações Internacionais e Meio Ambiente.

SEMINÁRIO 2 : Energia, Desenvolvimento e Meio Ambiente.

O Evento contará também com mini-cursos, visitas técnicas e atividades artísticas/culturais.

Os resumos devem ser encaminhados por e-mail á ECOECO. No assunto da mensagem deve aparecer "Resumos V ECOECO"

Datas

Envio de resumos estendidos: **30/05**

Divulgação dos resumos aprovados: **30/06**

Envio dos trabalhos completos: **15/08**

Maiores informações:

<http://www.nepam.unicamp.br/ecoeco>

e-mail: ecoeco@unicamp.br

SEMANA IBEROAMERICANA SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE:

CONGRESSO IBEROAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. "Desafios locais face à globalização".

e

CURSO AVANÇADO

"Desenvolvimento e Meio Ambiente na Ibero América".

Data: 9 a 12 de abril de 2003

Local: Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - FLACSO- Quito, Equador

Devido à erupção do vulcão Reventador e da conseguinte queda de cinzas na cidade de Quito, a Semana Ibero Americana de Desenvolvimento e Meio Ambiente que realizar-se-ia nesta cidade teve que ser postergada. Com isso, o recebimento de trabalhos foi aberto novamente. Convidamos os pesquisadores e instituições brasileiras a enviarem seus trabalhos e a visitar a página do evento para maiores detalhes.

[http:// www.cidma2002.org](http://www.cidma2002.org)
e-mail: cidma@flacso.org.ec

Observação: A nova data para entrega de resumos e posters ficou para 15 de fevereiro de 2003. Todavia, esta alteração ainda não consta na página eletrônica do evento.

Conferências da Rede de Economia Ecológica

European Society for Ecological Economics

Frontiers 2: 12 a 15 de Fevereiro 2003

Title: European Applications in Ecological Economics

Local: Tenerife- Espanha

<http://www.euroecolecon.org>

United States Society for Ecological Economics

Second Biennial Conference

Data: 22 a 24 maio de 2003

Local: Saratoga Springs, New York, USA

<http://www.ussee.org>

Canadian Society for Ecological Economics

Fourth Biennial Conference

Data: 16 a 19 outubro de 2003

Local: Jasper Park Lodge, Jasper National Park
Alberta, Canada.

International Society for Ecological Economics 2004

Eighth Biennial Conference

Data: 11 a 14 de julho de 2004

Local: Montreal, Canadá

<http://www.ecologicaleconomics.org>

Conferências da Rede de Economia Ambiental

National Workshop of the Economics and Environment Network (EEN)

Data: 2 e 3 de maio de 2003

Local: Canberra, Austrália.

<http://www.aere.org>

Twelfth Annual Conference of the European Association of Environmental and Resource Economists

Data: 28-30 de junho de 2003

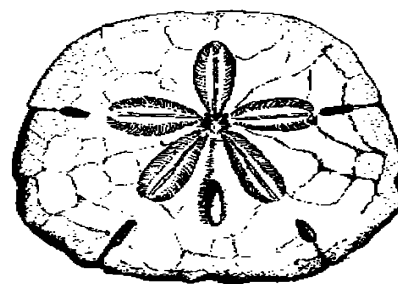
Local: Bilbao, Espanha

First Latin American and Caribbean Congress of Environmental and Resource Economists.

Data: 9-11 de julho de 2003

Local: Cartagena, Colombia

http://www.vwl.uni-mannheim.de/conrad/eaere/call_alar.pdf



Board ISEE (The International Society for Ecological Economics)

Presidentes

Presidente: John Proops Keele University (UK)

Presid. eleito: Charles Perrings University of York (UK)

Presid. da gestão anterior: Richard Noorgard

Diretores:

Jonathan Harris Tufts University (U.S.A)

Katrina Brown University of East Anglia (UK)

Paula Antunes Nova Univ. de Lisboa (Portugal)

Kancha Chopra Delhi University (India)

Maiores detalhes sobre a ISEE:

<http://www.ecoeco.org>

DIRETORIA EXECUTIVA 2002/2003

Luciana Togeiro de Almeida (Presidente)	Dep.Economia UNESP/Araraquara
Luciana Simões(Vice-Presidente)	Consultora Ambiental
Maurício Carvalho Amazonas	Secretaria de Des.Susten./MMA
Alpina Begossi	NEPAM- UNICAMP
Carmen Varela	Mackenzie, FGV-SP
Yara M.Chagas de Carvalho	Instituto de Economia Agrícola-SP

NÚCLEOS REGIONAIS**Diretoria Núcleo Nordeste**

Manuel Osório Viana	UFCE
José Lamartine Távora	PIMES/UFPE
Jacques Ribemboim	UFPE
Maria Cecília Lustosa	UFAL
Jaildo S. Pereira	SRH-BA

Diretoria Núcleo Norte

M. Amélia Rodrigues da Silva	UFPA
Mário Amin	IMAZON
Luciano M.Matos	IPAM
Ricardo Vilhena	SETEC-AP/IG-UNICAMP

Diretoria Núcleo Sudeste

Paulo Gonzaga	IBGE-RJ
Carlos E. Young	Inst. de Econ/ UFRJ
Marcelo Firpo Porto*	FIOCRUZ
Celso Sekiguchi	Inst.Econ/UNICAMP ; ERM

Diretoria Núcleo Sul

Percy Soares Neto	Instituto Anthropol
Eugênio Cánepa	CIENTEC
Amália Godoy	Univ. Estadual de Maringá
Wilson Loureiro	Inst.Amb. do Paraná

CONSELHO CONSULTIVO E FISCAL

Peter H. May (Presidente)**	UFRRJ
Clóvis Cavalcanti**	Fundação Joaquim Nabuco
Ronaldo Serôa da Motta	IPEA
Ademar R. Romeiro**	I.E-UNICAMP
Maurício Tomasquim	COPPE-UFRJ
José Eli da Veiga**	PROCAM ; FEA- USP
Philip Fearnside	INPA
Juan Baldález Hoyos	UFPA/NUMA
Paulo Freire Vieira	UFSC
Pedro Jacobi	PROCAM-USP

*Informamos que o Diretor do Núcleo Sudeste, Marcelo Firpo, se encontra afastado, fazendo pós-doutorado em Frankfurt

**Conselheiros designados para emitir parecer sobre a prestação de contas anual da ECOECO